



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Gabinete da Procuradora-Geral da República

Nota para a Comunicação Social

Deliberações do Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão plenária, em 1 de março de 2016, sob a presidência da Procuradora-Geral da República, deliberou:

- Instaurar, na sequência de proposta da Procuradora-Geral da República, um inquérito para apurar se há ou não factos que determinem a instauração de processo disciplinar ao Procurador da República Orlando Figueira.

O magistrado em causa encontra-se em situação de licença sem vencimento, desde Setembro de 2012.

Foi constituído arguido, no âmbito de um inquérito que corre termos no Departamento Central de Investigação e Ação Penal, por factos que indiciam suspeitas da prática dos crimes de corrupção na forma agravada, branqueamento de capitais e falsidade informática, tendo-lhe sido aplicada a medida de coação de prisão preventiva.

O inquérito encontra-se em segredo de justiça mas, segundo informação prestada ao CSMP ao abrigo da alínea b) do n.º 13 do art.º 86º do Código de Processo Penal, os factos em investigação terão corrido em momento anterior ao início da licença sem vencimento de longa duração, quando o arguido se encontrava no exercício de funções de magistrado do Ministério Público.

Nos termos do n.º 1 do art.º 164º do Estatuto do Ministério Público, “a exoneração ou mudança de situação não impedem a punição por infrações cometidas durante o exercício da função”.

A deliberação foi tomada por unanimidade.

- Renovar a comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto Amadeu Guerra vem exercendo como Diretor do Departamento Central de Investigação e Ação Penal. A deliberação foi tomada por unanimidade.

- Renovar a comissão de serviço que a Procuradora-Geral Adjunta Cândida Almeida vem exercendo no Supremo Tribunal de Justiça. A deliberação foi tomada por 14 votos a favor e 3 abstenções

- Renovar a comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto Vinício Ribeiro vem exercendo no Tribunal da Relação de Guimarães. A deliberação foi tomada por unanimidade.

Lisboa, 1 de março de 2016

O Gabinete de Imprensa